

ADRIANO
ANDRADE

CLEBER
MASSON

LANDOLFO
ANDRADE

INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS

VOL. 1

- Fundamentos do Direito Coletivo
- Ação Civil Pública
- Ação Popular
- Mandado de Segurança Coletivo
- Direito do Consumidor
- Improbidade Administrativa

12^a
EDIÇÃO | REVISTA,
ATUALIZADA
E AMPLIADA

 
gen | EDITORA
MÉTODO

- Os autores deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelos autores até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 28.06.2024
- Os Autores e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2024 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Anderson Pereira

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

Andrade, Adriano

Interesses difusos e coletivos, volume 1 / Adriano Andrade, Cleber Masson, Landolfo Andrade. – 12. ed., – Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2024.

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5964-995-2

1. Interesses difusos – Brasil. 2. Interesses coletivos – Brasil. 3. Ação civil pública – Brasil. I. Masson, Cleber. II. Andrade, Landolfo. III. Título.

24-92304

CDU:347.922(81)



Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

Sumário

.....

CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTOS DE DIREITO COLETIVO.....	1
1.1 Evolução Histórica dos Direitos Humanos	1
1.1.1 Direitos humanos de primeira geração (ou de primeira dimensão)	2
1.1.2 Direitos humanos de segunda geração (ou de segunda dimensão)	2
1.1.3 Direitos humanos de terceira geração (ou de terceira dimensão)	3
1.1.4 Direitos humanos de quarta geração (ou de quarta dimensão)	4
1.1.5 Direitos humanos de quinta geração (ou de quinta dimensão)	4
1.1.6 Quadro-resumo das três primeiras gerações/dimensões.....	4
1.2 Surgimento e Evolução do Direito Coletivo.....	5
1.2.1 Antecedentes remotos do processo coletivo.....	6
1.2.2 As mudanças socioeconômicas e o reflexo no direito material ao longo do século XX	7
1.2.3 Os desafios do processo tradicional em face do novo contexto socioeconômico e jurídico-material, e o surgimento do processo de massa.....	8
1.2.4 Evolução do processo coletivo na legislação brasileira.....	11
1.3 Definições e Terminologia.....	13
1.3.1 Interesse e direito subjetivo.....	14
1.3.2 Por que a CF/1988 e o CDC referem-se à defesa tanto de interesses como de direitos?.....	14
1.3.3 Interesse público x interesse privado.....	15
1.3.4 Direito público x direito privado.....	16
1.3.5 Interesses transindividuais: objeto do direito coletivo	17
1.3.6 Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.....	18
1.3.6.1 Interesses difusos	19
1.3.6.1.1 Indivisibilidade do objeto.....	20
1.3.6.1.2 Situação de fato em comum.....	21
1.3.6.1.3 Indeterminabilidade dos titulares.....	22
1.3.6.1.4 Conceito	22
1.3.6.2 Interesses coletivos <i>stricto sensu</i>	23
1.3.6.2.1 Indivisibilidade do objeto.....	23
1.3.6.2.2 Relação jurídica em comum (relação jurídica base)	23

	1.3.6.2.3	Determinabilidade dos titulares.....	26
	1.3.6.2.4	Conceito	26
1.3.6.3		Interesses individuais homogêneos.....	26
	1.3.6.3.1	Divisibilidade do objeto.....	26
	1.3.6.3.2	Origem comum (situação fática ou jurídica em comum).....	28
	1.3.6.3.3	Determinabilidade dos titulares.....	28
	1.3.6.3.4	Recomendabilidade de tratamento conjunto.....	29
	1.3.6.3.5	Conceito	29
1.3.6.4		Considerações finais sobre direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos	30
	1.3.6.4.1	Tutela coletiva de direitos x tutela de direitos coletivos: a questão sobre a abrangência do gênero dos direitos coletivos em sentido amplo	30
	1.3.6.4.2	Interesses essencialmente coletivos x interesses acidentalmente coletivos ..	31
	1.3.6.4.3	Conceito de interesses ou direitos coletivos em sentido amplo	32
	1.3.6.4.4	A classificação do direito metaindividual é determinada pelo tipo de tutela pretendida na ação coletiva?....	33
	1.3.6.4.5	Tabela das características dos interesses coletivos em sentido amplo ...	35
1.3.7		A teoria dos litígios coletivos de Edilson Vitorelli.....	35
	1.3.7.1	Litígios transindividuais de difusão global (litígios globais).....	37
	1.3.7.2	Litígios transindividuais de difusão local (litígios locais)	38
	1.3.7.3	Litígios transindividuais de difusão irradiada (litígios irradiados).....	39
	1.3.7.4	Tabela das características dos litígios coletivos segundo Vitorelli.....	40
CAPÍTULO 2 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA			41
2.1		Considerações Iniciais.....	41
	2.1.1	Princípios do Direito Processual Coletivo Comum	41
	2.1.1.1	Princípio do acesso à justiça.....	42
	2.1.1.2	Princípio da universalidade da jurisdição.....	43
	2.1.1.3	Princípios da participação no processo e pelo processo	43
	2.1.1.4	Princípio da economia processual.....	43

2.1.1.5	Princípio do interesse jurisdicional no conhecimento do mérito do processo coletivo.....	44
2.1.1.6	Princípio da máxima prioridade jurisdicional da tutela coletiva.....	44
2.1.1.7	Princípio da disponibilidade motivada da ação coletiva.....	45
2.1.1.8	Princípio da não taxatividade da ação coletiva....	45
2.1.1.9	Princípio do máximo benefício da tutela jurisdicional coletiva comum.....	46
2.1.1.10	Princípio da máxima amplitude do processo coletivo.....	46
2.1.1.11	Princípio da obrigatoriedade da execução coletiva pelo Ministério Público.....	47
2.1.1.12	Princípio da ampla divulgação da demanda.....	47
2.1.1.13	Princípio da informação aos órgãos legitimados...	48
2.1.1.14	Princípio da maior coincidência entre o direito e sua realização.....	48
2.1.1.15	Princípio da integração entre a LACP e o CDC....	49
2.1.2	Ação civil pública ou ação coletiva?.....	50
2.1.3	Natureza jurídica: norma de direito material ou de direito processual?.....	52
2.2	A Influência das <i>Class Actions</i>	53
2.2.1	Pressuposto da comunhão de questões de fato ou de direito....	54
2.2.2	Legitimidade ativa.....	54
2.2.3	Coisa julgada.....	54
2.2.4	Pressuposto da representatividade adequada (<i>adequacy of representation</i>).....	55
2.2.5	<i>Opt-out</i> e <i>opt-in</i>	56
2.2.6	Legitimação passiva.....	57
2.2.7	<i>Fluid recovery</i>	57
2.2.8	Resumo das principais influências das <i>class actions</i> da <i>Rule 23</i> sobre nossas ações civis públicas.....	57
2.2.9	Resumo das principais diferenças entre as <i>class actions</i> da <i>Rule 23</i> e nossas ações civis públicas.....	58
2.3	Condições da Ação.....	58
2.3.1	Legitimidade <i>ad causam</i>	59
2.3.1.1	Legitimidade ativa.....	59
2.3.1.1.1	Natureza jurídica: legitimação concorrente e disjuntiva.....	61
2.3.1.1.2	Natureza jurídica: legitimação ordinária, extraordinária, ou <i>tertium genus</i> ?.....	61
2.3.1.1.3	Representatividade adequada.....	67
2.3.1.1.4	Ministério Público.....	70

	2.3.1.1.5	Defensoria Pública.....	88
	2.3.1.1.6	Entes da Administração Direta	90
	2.3.1.1.7	Entes da Administração indireta	91
	2.3.1.1.8	Fundações privadas.....	92
	2.3.1.1.9	Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).....	92
	2.3.1.1.10	Entes despersonalizados.....	94
	2.3.1.1.11	Associações de direito privado (associações civis).....	94
	2.3.1.1.12	Partidos políticos.....	99
	2.3.1.1.13	Sindicatos	99
	2.3.1.1.14	Cooperativas.....	100
	2.3.1.1.15	Observações quanto à legitimidade na Lei 7.913/1989.....	101
	2.3.1.1.16	Observações quanto à legitimidade na Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).....	102
	2.3.1.1.17	Tabela-resumo da legitimidade para a defesa dos interesses transindividuais versados por leis específicas*	102
	2.3.1.1.18	Legitimidade ativa subsidiária	103
	2.3.1.2	Legitimidade passiva	103
	2.3.1.2.1	Legitimação extraordinária passiva	104
	2.3.2	Interesse processual.....	106
2.4		Elementos da Ação	106
	2.4.1	Partes.....	107
	2.4.2	Causa de pedir	107
	2.4.3	Pedido	109
	2.4.3.1	Objeto imediato	109
	2.4.3.2	Objeto mediato.....	115
	2.4.3.3	Controle de constitucionalidade.....	117
	2.4.3.4	Controle judicial de políticas públicas.....	118
	2.4.3.4.1	Noção de políticas públicas	118
	2.4.3.4.2	Direitos fundamentais integrantes do conceito de mínimo existencial	119
	2.4.3.4.3	Direitos fundamentais não integrantes do conceito de mínimo existencial	121
	2.4.3.5	Questões tributárias, contribuições previdenciárias, FGTS e outros fundos.....	124
2.5		Competência.....	125
	2.5.1	Competência originária nos tribunais de superposição	126
	2.5.2	Competência de jurisdição.....	128
	2.5.2.1	Justiça Especial x Justiça Comum.....	128

	2.5.2.1.1	Justiça Militar.....	128
	2.5.2.1.2	Justiça Eleitoral.....	129
	2.5.2.1.3	Justiça Trabalhista.....	130
2.5.2.2		Justiça Comum: Justiça Federal x Justiças Estaduais ou Distrital.....	131
	2.5.2.2.1	Visão geral.....	131
	2.5.2.2.2	A presença do Ministério Público Federal e a questão da competência ...	133
	2.5.2.2.3	Competência em ações civis públicas ambientais.....	135
	2.5.2.2.4	Competência nas comarcas que não sejam sede de vara da Justiça Federal.....	135
2.5.3		Competência originária na respectiva Justiça.....	137
2.5.4		Competência de foro (ou territorial).....	138
	2.5.4.1	Regra geral.....	138
	2.5.4.1.1	Competência funcional ou territorial?.....	139
	2.5.4.1.2	(Im)prorrogabilidade da competência territorial.....	140
	2.5.4.1.3	Interesses individuais homogêneos: competência absoluta ou relativa?....	141
	2.5.4.1.4	Dano ou ameaça local, regional ou nacional.....	142
	2.5.4.2	Regras específicas.....	144
	2.5.4.2.1	Causas em que a União for autora ou ré.....	144
	2.5.4.2.2	Estatuto da Criança e do Adolescente.....	144
	2.5.4.2.3	Estatuto da Pessoa Idosa.....	145
2.5.5		Competência de juízo.....	145
	2.5.5.1	Juizados Especiais Cíveis Federais.....	146
	2.5.5.2	Juizados Especiais Cíveis Estaduais.....	146
2.5.6		Competência interna.....	147
2.5.7		Competência recursal.....	147
2.6		Litisconsórcio, Intervenção de Terceiros e Oposição.....	147
	2.6.1	Litisconsórcio e assistência.....	148
	2.6.1.1	Noções preliminares.....	148
	2.6.1.2	Litisconsórcio ativo inicial de colegitimados.....	149
	2.6.1.3	Litisconsórcio ativo superveniente de colegitimados.....	149
	2.6.1.4	Litisconsórcio ativo entre Ministérios Públicos....	150
	2.6.1.5	Assistência simples de não colegitimados.....	153

	2.6.1.6	Litisconsórcio e assistência litisconsorcial de não colegitimados.....	153
	2.6.1.7	Facultatividade do litisconsórcio passivo em ações ambientais.....	156
	2.6.2	Denúnciação da lide.....	157
	2.6.3	Chamamento ao processo.....	158
	2.6.4	<i>Amicus curiae</i>	159
2.7		Conexão, Continência e Litispendência.....	161
	2.7.1	Conexão e continência.....	161
	2.7.1.1	Efeito da conexão ou continência: prorrogação da competência.....	163
	2.7.1.1.1	Prorrogação de competência e a questão da competência funcional.....	164
	2.7.1.1.2	Prorrogação de competência nas relações entre ações da Justiça Estadual e Federal.....	165
	2.7.1.1.3	Prorrogação de competência nas relações com mandados de segurança coletivos.....	166
	2.7.2	Litispendência.....	166
	2.7.2.1	Efeito da litispência.....	167
	2.7.3	Conexão, continência e litispência entre ações civis públicas e ações individuais.....	167
	2.7.3.1	Incidente de resolução de demandas repetitivas....	170
2.8		Inquérito Civil e Outros Meios de Prova.....	172
	2.8.1	Instrução da petição inicial.....	172
	2.8.1.1	As ferramentas do Ministério Público: inquérito civil e procedimento preparatório.....	172
	2.8.1.1.1	Finalidades.....	175
	2.8.1.1.2	Notícia de fato e instauração de inquérito civil ou procedimento preparatório.....	176
	2.8.1.1.3	Efeitos da instauração do inquérito civil.....	180
	2.8.1.1.4	Recurso contra a instauração.....	181
	2.8.1.1.5	Hipóteses de não instauração.....	181
	2.8.1.1.6	Instrução.....	185
	2.8.1.1.7	Instrumentos de coerção: as tipificações penais.....	192
	2.8.1.1.8	Prazos para conclusão.....	194
	2.8.1.1.9	Arquivamento do inquérito civil e do procedimento preparatório e seu controle pelos órgãos de revisão.....	195
	2.8.1.1.10	Desarquivamento.....	201
	2.8.1.1.11	Princípio da publicidade x sigilo.....	202

	2.8.1.1.12	Princípio inquisitivo, contraditório e ampla defesa.....	204
	2.8.1.1.13	Princípio da informalidade x rigorismo processual.....	205
	2.8.1.1.14	Valor probatório	205
	2.8.1.1.15	Conceito e natureza jurídica do inquérito civil e de seu procedimento preparatório	206
	2.8.1.2	As ferramentas dos demais legitimados: requerimentos de certidões ou informações	206
2.8.2		Instrução ao longo do processo.....	207
	2.8.2.1	Ônus da prova no processo coletivo.....	208
	2.8.2.1.1	Noção de ônus da prova: aspectos subjetivo e objetivo.....	208
	2.8.2.1.2	Ônus da prova como regra de julgamento.....	208
	2.8.2.1.3	Regras de distribuição do ônus da prova	209
	2.8.2.1.4	Inversão do ônus da prova: convencional, legal ou judicial	210
	2.8.2.1.5	Inversão judicial do ônus da prova no microsistema de processo coletivo ...	211
	2.8.2.2	Poder instrutório ampliado do magistrado	216
2.9		Particularidades Procedimentais	217
	2.9.1	O edital nas ações sobre interesses individuais homogêneos ...	218
	2.9.2	Tutelas provisórias	218
	2.9.2.1	Tutelas de urgência.....	219
	2.9.2.2	Tutelas de evidência	224
	2.9.2.3	Limitações	225
	2.9.2.3.1	Art. 16 da LACP	225
	2.9.2.3.2	Oitiva prévia dos representantes judiciais da Fazenda Pública.....	225
	2.9.2.3.3	Restrições das Leis 8.437/1992 e 9.494/1997	227
	2.9.2.4	Meios de impugnação.....	228
	2.9.2.4.1	Recursos	228
	2.9.2.4.2	Ação exauriente contra tutela antecipada.....	229
	2.9.2.4.3	Pedido de suspensão da execução da liminar	229
	2.9.3	Desistência e abandono.....	233
	2.9.4	Reconvenção.....	236
	2.9.5	Saneamento.....	238
	2.9.6	Decisões interlocutórias e agravo de instrumento.....	238

2.10	Resolução Amigável dos Conflitos.....	239
2.10.1	Autocomposição extrajudicial: o compromisso de ajustamento de conduta	243
2.10.1.1	Previsão legal.....	244
2.10.1.2	Legitimação.....	244
2.10.1.3	Natureza jurídica.....	246
2.10.1.4	Objeto.....	247
2.10.1.5	Cominações.....	251
2.10.1.6	Compromisso de ajustamento tomado em um inquérito civil ou em um procedimento preparatório.....	252
2.10.1.7	Compromisso de ajustamento de conduta preliminar.....	253
2.10.1.8	Complementação, impugnação e substituição do compromisso.....	254
2.10.1.9	Acompanhamento e execução.....	257
2.10.2	Autocomposição judicial.....	260
2.11	Sentença, Meios de Impugnação e Coisa Julgada.....	264
2.11.1	Sentenças coletivas	264
2.11.1.1	Obrigações de fazer ou não fazer	265
2.11.1.2	Obrigações de pagar	266
2.11.2	Impugnação	268
2.11.2.1	Recursos.....	268
2.11.2.2	Pedido de suspensão da execução da sentença não transitada em julgado.....	270
2.11.3	Coisa julgada	270
2.11.3.1	Coisa julgada nas ações coletivas sobre interesses difusos e coletivos.....	272
2.11.3.2	Coisa julgada nas ações coletivas sobre interesses individuais homogêneos.....	273
2.11.3.3	O emprego legal das expressões <i>erga omnes e ultra partes</i>	273
2.11.3.4	Coisa julgada material <i>secundum eventum litis e secundum eventum probationis</i>	274
2.11.3.5	Transporte da coisa julgada <i>in utilibus</i>	275
2.11.3.5.1	Transporte da coisa julgada <i>cível in utilibus</i>	275
2.11.3.5.2	Transporte da coisa julgada penal <i>in utilibus</i>	279
2.11.3.6	Implicações do estágio do processo coletivo em relação ao estágio do processo individual	282
2.11.3.7	Limites territoriais e subjetivos da coisa julgada....	283
2.12	Liquidação e Execução de Sentenças.....	288
2.12.1	Direitos difusos e direitos coletivos.....	288

2.12.1.1	Legitimidade	288
2.12.1.2	Competência.....	289
2.12.1.3	Procedimento.....	290
2.12.1.3.1	Obrigação de fazer ou não fazer	290
2.12.1.3.2	Obrigação de entrega de coisa	292
2.12.1.3.3	Obrigação de pagar.....	292
2.12.2	Direitos individuais homogêneos.....	292
2.12.2.1	Liquidação e execução individuais	292
2.12.2.2	Liquidação e execução coletivas.....	296
2.12.2.3	<i>Fluid recovery</i> segundo o CDC	297
2.12.2.4	Sistema da Lei 7.913/1989	300
2.12.2.5	Prioridade dos créditos de direitos individuais homogêneos.....	301
2.13	Fundos de Direitos Difusos	301
2.13.1	Fundo federal e fundos estaduais de reparação dos interesses difusos	301
2.13.2	As normas de regência.....	301
2.13.3	Fontes de receita.....	302
2.13.4	Aplicação dos recursos	302
2.13.5	Fundos assemelhados	303
2.14	Considerações Finais	304
2.14.1	Ministério Público como fiscal da lei.....	304
2.14.2	Não adiantamento das custas e despesas processuais.....	305
2.14.3	Ônus da sucumbência	307
2.14.4	Litigância de má-fé	308
2.14.5	Prescrição	310
2.14.6	Oposição.....	314
2.14.7	Negócios jurídicos processuais e tutela coletiva	314
2.14.8	Litígios, processos e decisões estruturais	319
CAPÍTULO 3 – AÇÃO POPULAR.....		329
3.1	Considerações iniciais	329
3.2	Condições da ação	330
3.2.1	Legitimidade <i>ad causam</i>	330
3.2.1.1	Legitimidade ativa	330
3.2.1.2	Legitimidade passiva.....	333
3.2.2	Interesse processual.....	338
3.3	Elementos da Ação	340
3.3.1	Partes.....	340
3.3.2	Causa de pedir	340
3.3.3	Pedido	345
3.3.3.1	Objeto imediato	345
3.3.3.2	Objeto mediato.....	348

3.4	Competência.....	349
3.5	Conexão, continência e litispendência.....	355
3.6	Prova	357
3.6.1	Considerações gerais.....	357
3.6.2	Crime do art. 8.º da LAP.....	358
3.7	Particularidades procedimentais	360
3.7.1	Liminares.....	360
3.7.2	Requisição de documentos e certidões	362
3.7.3	Citação dos beneficiários e responsáveis.....	362
3.7.4	Prazo para contestar	363
3.7.5	Possíveis atitudes para a entidade cujo ato é impugnado.....	363
3.7.6	Demais peculiaridades.....	365
3.8	Atuação do Ministério Público	366
3.8.1	Fiscal da lei.....	366
3.8.2	Órgão ativador da prova e auxiliar do autor popular.....	367
3.8.3	Sucessor do autor	368
3.8.4	Outras funções.....	369
3.9	Sentença, meios de impugnação e coisa julgada.....	370
3.10	Liquidação e execução de sentenças.....	372
3.11	Considerações finais	375
CAPÍTULO 4 - MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO.....		379
4.1	Considerações Iniciais.....	379
4.2	Pressupostos.....	381
4.2.1	Pressupostos dos mandados de segurança individuais e coletivos	382
4.2.1.1	Ato de autoridade.....	382
4.2.1.2	Ilegalidade ou abuso de poder.....	383
4.2.1.3	Lesão ou ameaça de lesão	383
4.2.1.4	Direito líquido e certo.....	383
4.2.1.5	Não cabimento de <i>habeas corpus</i> ou <i>habeas data</i>	384
4.2.2	Pressuposto específico do mandado de segurança coletivo....	384
4.3	Competência.....	387
4.4	Condições da Ação.....	389
4.4.1	Legitimidade <i>ad causam</i>	389
4.4.1.1	Legitimidade ativa.....	389
4.4.1.1.1	Partidos políticos.....	389
4.4.1.1.2	Organizações sindicais, entidades de classe ou associações	392
4.4.1.1.3	Outros legitimados.....	394
4.4.1.2	Legitimidade passiva.....	397
4.4.2	Interesse processual.....	398

4.5	Elementos da Ação, Litisconsórcio e Intervenção de Terceiros.....	400
4.5.1	Elementos da ação	400
4.5.1.1	Partes.....	400
4.5.1.2	Causa de pedir	400
4.5.1.3	Pedido	400
4.5.2	Litisconsórcio.....	403
4.5.3	Intervenção de terceiros.....	404
4.6	Conexão, Continência e Litispendência.....	404
4.7	Procedimento	406
4.7.1	Petição e despacho iniciais.....	406
4.7.1.1	Liminares: aspectos gerais.....	407
4.7.1.2	Liminares: limitações.....	409
4.7.1.3	Liminares: impugnação	410
4.7.2	Desistência	412
4.7.3	Celeridade na tramitação.....	412
4.7.4	Defesa oral nos tribunais.....	413
4.8	A Atuação do Ministério Público.....	413
4.9	Sentença, Meios de Impugnação e Coisa Julgada.....	415
4.9.1	Peculiaridades da coisa julgada no mandado de segurança coletivo.....	418
4.10	Execução de Sentenças.....	421
4.11	Considerações Finais	423
CAPÍTULO 5 - DIREITO DO CONSUMIDOR		425
5.1	Noções Introdutórias	425
5.1.1	Conceito.....	425
5.1.2	Alocação na teoria geral do direito.....	425
5.1.3	Relações do direito do consumidor com outros ramos do direito	426
5.1.3.1	Com o Direito Constitucional.....	426
5.1.3.2	Com o Direito Administrativo.....	427
5.1.3.3	Com o Direito Processual	427
5.1.3.4	Com o Direito Penal.....	428
5.1.3.5	Com o Direito Internacional	428
5.1.3.6	Com o Direito Civil.....	432
5.1.4	Origens históricas.....	433
5.1.4.1	Análise histórica da relação de consumo.....	433
5.1.4.2	O Direito do Consumidor como resposta legal protetiva	434
5.1.5	Finalidade do direito do consumidor.....	435
5.2	Fundamento Constitucional.....	436
5.2.1	Introdução.....	436
5.2.2	A proteção do consumidor como direito fundamental.....	436

	5.2.2.1	Noção de direito fundamental.....	436
	5.2.2.2	A importância do art. 5.º, XXXII, da CF.....	437
	5.2.3	A proteção do consumidor como princípio da ordem econômica	438
	5.2.4	A proteção infraconstitucional do consumidor (art. 4º do ADCT).....	439
	5.2.5	Competência legislativa concorrente.....	439
5.3		O Código Brasileiro de Defesa do Consumidor	441
	5.3.1	Influências do direito comparado	441
	5.3.2	Microsistema jurídico	441
	5.3.3	Lei principiológica	442
	5.3.4	Normas de ordem pública e interesse social	443
	5.3.5	A aplicação da Lei 8.078/1990 no tempo	444
	5.3.6	Política nacional de relações de consumo	446
	5.3.6.1	Objetivos	446
	5.3.6.2	A importância sistemática do art. 4.º do CDC ...	446
	5.3.7	O diálogo das fontes.....	447
	5.3.7.1	Introdução	447
	5.3.7.2	O diálogo entre o Código de Defesa do Consumidor e o Código Civil.....	449
	5.3.7.3	O diálogo entre o CDC e a legislação especial ...	450
5.4		Princípios Gerais do Direito do Consumidor	452
	5.4.1	Noção de princípios de direito.....	452
	5.4.2	Princípios e cláusulas gerais: distinção.....	453
	5.4.3	Princípios em espécie	453
	5.4.3.1	Princípio da vulnerabilidade	453
	5.4.3.1.1	Definição	453
	5.4.3.1.2	Espécies de vulnerabilidade	455
	5.4.3.2	Princípio da defesa do consumidor pelo Estado....	456
	5.4.3.3	Princípio da harmonização	457
	5.4.3.4	Princípio da boa-fé objetiva.....	457
	5.4.3.4.1	Definição	457
	5.4.3.4.2	Funções da boa-fé objetiva	459
	5.4.3.5	Princípio do equilíbrio	460
	5.4.3.6	Princípio da transparência.....	461
	5.4.3.7	Princípio da confiança.....	462
	5.4.3.8	Princípio do combate ao abuso.....	463
	5.4.3.9	Princípio da educação e informação.....	464
	5.4.3.10	Princípio da precaução.....	464
	5.4.3.11	Princípio do incentivo ao autocontrole	466
	5.4.3.12	Princípio do crédito responsável	467
	5.4.3.13	Princípio da prevenção e tratamento do superendividamento	467

5.5	Direitos Básicos do Consumidor.....	467
5.5.1	Introdução.....	467
5.5.2	Direito à vida, saúde e segurança.....	468
5.5.3	Direito à educação.....	469
5.5.4	Direito à liberdade de escolha.....	469
5.5.5	Direito à igualdade nas contratações.....	470
5.5.6	Direito à informação.....	471
5.5.7	Direito à proteção contra práticas e cláusulas abusivas.....	474
5.5.8	Direito à modificação e revisão das cláusulas contratuais.....	474
5.5.9	Direito à efetiva prevenção e reparação dos danos materiais e morais.....	478
5.5.9.1	Reparação do dano moral.....	479
5.5.9.2	A questão do dano moral coletivo.....	481
5.5.9.3	Pedido genérico em ação de indenização por danos materiais e morais.....	484
5.5.10	Direito de acesso à justiça.....	485
5.5.11	Direito à inversão do ônus da prova.....	485
5.5.11.1	Requisitos.....	486
5.5.11.2	Verossimilhança da alegação.....	487
5.5.11.3	Hipossuficiência.....	488
5.5.11.4	Hipossuficiência e vulnerabilidade: distinção.....	489
5.5.11.5	Momento da inversão do ônus da prova.....	489
5.5.11.6	A questão do custeio das provas.....	491
5.5.11.7	Efeitos da inversão.....	492
5.5.12	Direito à prestação adequada e eficaz de serviços públicos... ..	494
5.5.13	Direito à proteção de dados pessoais.....	494
5.5.14	Garantia de práticas de crédito responsável, prevenção e tratamento do superendividamento.....	496
5.5.15	Direito à informação por unidade de medida.....	497
5.6	Campo de Aplicação do CDC.....	497
5.6.1	A relação jurídica de consumo.....	497
5.6.2	Conceito de consumidor.....	498
5.6.2.1	O consumidor <i>standard</i> ou <i>stricto sensu</i>	498
5.6.2.2	O consumidor equiparado.....	502
5.6.2.2.1	Consumidor em sentido coletivo.....	502
5.6.2.2.2	Consumidor <i>bystander</i> (vítima do acidente de consumo).....	503
5.6.2.2.3	Consumidor potencial ou virtual.....	504
5.6.3	Conceito de fornecedor.....	505
5.6.3.1	Definição jurídica.....	505
5.6.3.2	Atividade profissional.....	506
5.6.3.3	Atividade desenvolvida no mercado de consumo.....	507

	5.6.3.4	Técnica de responsabilização dos fornecedores no CDC.....	509
5.6.4		Conceito de produto.....	509
5.6.5		Conceito de serviço.....	510
	5.6.5.1	Definição jurídica.....	510
	5.6.5.2	Atividade remunerada.....	511
	5.6.5.3	Serviços bancários, financeiros, de crédito e securitários.....	512
	5.6.5.3.1	Previdência privada complementar: incidência do CDC.....	512
	5.6.5.4	Serviços públicos.....	513
	5.6.5.4.1	Delimitação dos serviços públicos sujeitos ao CDC.....	513
	5.6.5.4.2	Serviços notariais e de registro.....	515
5.7		Proteção à Saúde e Segurança do Consumidor.....	517
	5.7.1	Prevenção.....	517
	5.7.2	Riscos normais e previsíveis.....	517
	5.7.3	Produto ou serviço potencialmente nocivo ou perigoso.....	518
	5.7.4	Periculosidade exagerada.....	519
	5.7.5	O <i>recall</i>	520
5.8		Responsabilidade Civil nas Relações de Consumo.....	521
	5.8.1	Noções introdutórias.....	521
	5.8.2	Fundamento da responsabilidade objetiva no CDC.....	522
	5.8.3	Sistemática do CDC.....	522
	5.8.4	Teoria da qualidade.....	523
	5.8.5	Defeito e vício: distinção.....	524
	5.8.6	Responsabilidade pelo fato do produto.....	526
	5.8.6.1	Responsabilidade objetiva.....	527
	5.8.6.2	Pressupostos da responsabilidade.....	527
	5.8.6.2.1	Conduta.....	527
	5.8.6.2.2	Defeito.....	527
	5.8.6.2.3	Dano.....	530
	5.8.6.2.4	Nexo causal.....	530
	5.8.6.3	Os fornecedores responsáveis e a solidariedade.....	531
	5.8.6.4	A responsabilidade do comerciante.....	533
	5.8.6.5	O direito de regresso e a denúncia da lide.....	534
	5.8.6.6	As causas de exclusão da responsabilidade.....	535
	5.8.6.6.1	O caso fortuito e a força maior.....	538
	5.8.6.6.2	O risco do desenvolvimento.....	540
5.8.7		Responsabilidade pelo fato do serviço.....	542
	5.8.7.1	Noção de defeito do serviço.....	542
	5.8.7.2	Os fornecedores responsáveis.....	543
	5.8.7.3	Causas de exclusão da responsabilidade.....	544
	5.8.7.4	Responsabilidade do profissional liberal.....	550

5.8.7.5	A responsabilidade dos hospitais e clínicas médicas em face do erro médico.....	552
5.8.7.6	A responsabilidade das empresas de planos de saúde pelos serviços prestados por médicos e hospitais credenciados	554
5.8.7.7	A responsabilização dos provedores de <i>sites</i> de relacionamento por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros e as implicações do novo Marco Civil da Internet.....	555
5.8.7.8	A responsabilização dos editores de <i>blogs</i> por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros.....	559
5.8.7.9	A responsabilização dos portais de notícias por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros.....	561
5.8.7.10	A responsabilização dos provedores de busca por associação indevida entre o argumento de pesquisa e o resultado de busca.....	562
5.8.8	Consumidor <i>bystander</i> (art. 17 do CDC).....	564
5.8.9	Responsabilidade pelo vício do produto e do serviço.....	565
5.8.9.1	Responsabilidade objetiva.....	566
5.8.9.2	Os fornecedores responsáveis e a solidariedade ...	566
5.8.9.3	O vício de qualidade do produto	567
5.8.9.3.1	Prazo para a regularização do vício	568
5.8.9.3.2	Intermediação entre o consumidor e o serviço de assistência técnica	568
5.8.9.3.3	Alternativas à disposição do consumidor (art. 18, § 1.º, do CDC).....	569
5.8.9.3.4	Utilização imediata das alternativas do art. 18, § 1.º.....	571
5.8.9.3.5	Vício do produto e vício redibitório	571
5.8.9.4	O vício de quantidade do produto (art. 19)	572
5.8.9.5	O vício de qualidade do serviço (art. 20).....	573
5.8.9.5.1	Alternativas à disposição do consumidor	573
5.8.9.6	Vício de quantidade do serviço.....	574
5.8.9.7	Serviços públicos	575
5.8.9.7.1	Interrupção do fornecimento de serviço público.....	576
5.8.9.7.2	A posição do STJ perante outros temas.....	578
5.8.10	Responsabilidade civil pela perda de uma chance.....	580
5.8.11	Responsabilidade civil pela perda do tempo produtivo do consumidor	583
5.9	Decadência e Prescrição	584
5.9.1	Sistemática do CDC.....	584

5.9.2	Decadência.....	585
5.9.2.1	Contagem do prazo.....	586
5.9.2.1.1	O vício oculto e o critério da vida útil.....	586
5.9.2.2	Causas que obstam a decadência (art. 26, § 2.º)....	587
5.9.2.3	Garantia legal e garantia contratual	589
5.9.2.4	Autonomia do prazo prescricional para o exercício da pretensão reparatória dos danos decorrentes dos vícios do bem de consumo	591
5.9.2.5	Decadência convencional.....	592
5.9.2.6	Compras de imóvel <i>ad mensuram</i> : prazo decadencial especial.....	593
5.9.3	Prescrição	594
5.9.3.1	Causas que suspendem ou interrompem a prescrição	595
5.9.3.2	A prescrição de outras pretensões reparatórias....	595
5.9.4	A Lei 14.010/2020 e sua repercussão nos prazos decadenciais e prescricionais das relações jurídicas de consumo.....	600
5.10	Desconsideração da Personalidade Jurídica	601
5.10.1	Desconsideração no Código Civil	602
5.10.2	Desconsideração no CDC.....	602
5.10.2.1	Hipóteses autorizadoras.....	603
5.10.2.2	A interpretação da cláusula geral do art. 28, § 5.º, do CDC	604
5.10.3	Desconsideração inversa	606
5.10.4	Responsabilização societária	606
5.10.4.1	Responsabilidade subsidiária do grupamento societário (§ 2.º).....	607
5.10.4.2	Responsabilidade solidária das sociedades consorciadas (§ 3.º).....	607
5.10.4.3	Responsabilidade subjetiva das sociedades coligadas (§ 4.º).....	607
5.11	Práticas Comerciais.....	608
5.11.1	Oferta	608
5.11.1.1	Princípio da vinculação da oferta (art. 30 do CDC).....	608
5.11.1.1.1	Requisitos da vinculação	609
5.11.1.1.2	Efeitos da vinculação.....	610
5.11.1.1.3	O anúncio equivocado.....	611
5.11.1.1.4	Sujeitos responsáveis.....	612
5.11.1.1.5	Recusa de cumprimento da oferta...	612
5.11.1.2	A oferta de componentes e de peças de reposição.....	613

5.11.1.3	A regra da solidariedade estatuída no art. 34 do CDC.....	614
5.11.1.4	Dever de informar.....	614
5.11.2	Publicidade.....	616
5.11.2.1	Conceito e evolução da publicidade.....	616
5.11.2.2	Publicidade e propaganda.....	617
5.11.2.3	Publicidade institucional e publicidade promocional.....	618
5.11.2.4	Controle da publicidade.....	618
5.11.2.5	Princípios da proteção publicitária do consumidor.....	618
5.11.2.5.1	Princípio da identificação da publicidade.....	618
5.11.2.5.2	Princípio da vinculação contratual da publicidade.....	619
5.11.2.5.3	Princípio da veracidade da publicidade.....	620
5.11.2.5.4	Princípio da não abusividade da publicidade.....	620
5.11.2.5.5	Princípio da transparência da fundamentação da publicidade.....	620
5.11.2.5.6	Princípio da correção do desvio publicitário.....	620
5.11.2.5.7	Princípio da lealdade publicitária.....	621
5.11.2.5.8	Princípio da inversão do ônus da prova.....	622
5.11.2.6	Publicidade enganosa.....	622
5.11.2.6.1	Definição.....	622
5.11.2.6.2	Responsabilidade objetiva.....	623
5.11.2.6.3	Tipos de publicidade enganosa.....	623
5.11.2.6.4	Sujeitos responsáveis.....	624
5.11.2.7	Publicidade abusiva.....	625
5.11.2.7.1	Definição.....	625
5.11.2.7.2	Hipóteses de publicidade abusiva elencadas no CDC.....	626
5.11.2.7.3	Responsabilidade civil.....	627
5.11.3	Práticas abusivas.....	627
5.11.3.1	Conceito de práticas abusivas.....	627
5.11.3.2	As práticas abusivas elencadas exemplificativamente no art. 39.....	628
5.11.4	Cobrança de dívidas.....	635
5.11.4.1	Cobranças abusivas.....	635
5.11.4.2	Repetição do indébito.....	636

	5.11.4.2.1	Pressupostos da repetição do indébito no CDC.....	637
	5.11.4.2.2	Comparativo com a repetição do indébito do Código Civil.....	639
5.11.5		Bancos de dados e cadastros de consumidores.....	641
	5.11.5.1	Introdução.....	641
	5.11.5.2	Distinção entre bancos de dados e cadastro de consumidores.....	641
	5.11.5.3	Bancos de dados de proteção ao crédito	642
	5.11.5.4	Qualidade das informações.....	643
	5.11.5.5	Direitos dos consumidores perante os arquivos de consumo.....	644
	5.11.5.5.1	Direito à comunicação do assento ...	644
	5.11.5.5.2	Direito de acesso à informação.....	646
	5.11.5.5.3	Direito à correção da informação	647
	5.11.5.6	Responsabilidade pelo cancelamento da inscrição.....	648
	5.11.5.7	Limites temporais dos registros negativos	649
	5.11.5.8	Dívida discutida em juízo.....	650
	5.11.5.9	Responsabilidade civil pelo arquivamento indevido	650
	5.11.5.10	Cadastros de reclamações fundamentadas contra os fornecedores	652
	5.11.5.11	O cadastro positivo. Breve análise da Lei 12.414/2011	653
	5.11.5.11.1	Introdução.....	653
	5.11.5.11.2	Base conceitual.....	653
	5.11.5.11.3	Qualidade das informações.....	656
	5.11.5.11.4	Anotações proibidas.....	656
	5.11.5.11.5	Consentimento do cadastrado?.....	657
	5.11.5.11.6	Direitos do cadastrado	658
	5.11.5.11.7	Finalidade do cadastro positivo.....	659
	5.11.5.11.8	Deveres das fontes	660
	5.11.5.11.9	Limite temporal.....	660
	5.11.5.11.10	Responsabilidade civil pelo arquivamento indevido.....	660
	5.11.5.11.11	Medidas corretivas	661
	5.11.5.11.12	Sistema <i>credit scoring</i>	661
	5.11.5.12	Cadastro de passagem	664
5.12		Proteção Contratual	664
	5.12.1	Introdução.....	664
	5.12.2	A nova concepção de contrato.....	666
	5.12.2.1	<i>Duty to mitigate the loss</i> (dever de mitigar a perda)	667

5.12.2.2	Teoria dos atos próprios: <i>venire contra factum proprium, supressio, surrectio e tu quoque</i>	667
5.12.2.3	Teoria do adimplemento substancial.....	671
5.12.2.3.1	Teoria do adimplemento substancial e a alienação fiduciária em garantia....	672
5.12.3	Dirigismo contratual.....	674
5.12.4	Princípios norteadores.....	675
5.12.4.1	Princípio da transparência.....	675
5.12.4.2	Princípio da interpretação mais favorável.....	675
5.12.4.3	Princípio da vinculação do fornecedor	676
5.12.4.4	Princípio da preservação dos contratos.....	677
5.12.5	Direito de arrependimento (prazo de reflexão).....	677
5.12.5.1	Direito de arrependimento na compra de passagens aéreas pela internet	678
5.12.5.2	A suspensão parcial do direito de arrependimento: o art. 8.º da Lei 14.010/2020.....	681
5.12.6	Garantia complementar.....	682
5.12.7	Cláusulas abusivas.....	682
5.12.7.1	Definição.....	682
5.12.7.2	Nulidade das cláusulas abusivas.....	683
5.12.7.3	Reconhecimento de ofício.....	683
5.12.7.4	Integração do contrato	684
5.12.7.5	Elenco exemplificativo das cláusulas abusivas.....	685
5.12.7.6	Controle das cláusulas gerais dos contratos.....	698
5.12.8	Crédito e financiamento ao consumidor	700
5.12.9	Compra e venda à prestação e alienação fiduciária em garantia	701
5.12.9.1	Repercussão da Lei 13.786/2018 nos contratos de compra e venda de imóveis em incorporação imobiliária e loteamento.....	703
5.12.9.2	Cláusula de tolerância	707
5.12.9.3	Financiamento imobiliário com alienação fiduciária em garantia.....	709
5.12.9.4	Contratos de consórcio de bens duráveis	710
5.12.10	Contratos de adesão	711
5.12.10.1	Definição.....	711
5.12.10.2	Inserção de cláusula no formulário.....	712
5.12.10.3	Cláusula resolutória alternativa	712
5.12.10.4	Contrato de adesão escrito.....	712
5.12.10.5	Cláusulas restritivas de direitos do consumidor... ..	713
5.13	Prevenção e Tratamento do Superendividamento	715
5.13.1	Introdução.....	715
5.13.2	Definição jurídica de superendividamento.....	717
5.13.2.1	A preservação do mínimo existencial.....	718

5.13.3	Dever de informação (art. 54-B e seus parágrafos)	719
5.13.4	Regime da oferta de crédito e assédio ao consumo (art. 54-C).....	721
5.13.5	Crédito responsável (art. 54-D).....	722
5.13.6	Violação positiva do contrato (art. 54-D e seus parágrafos).....	723
5.13.7	Conexidade entre os contratos de consumo e de crédito (art. 54-F).....	723
5.13.8	Práticas abusivas na concessão de crédito (art. 54-G).	724
5.13.9	Tratamento e conciliação em bloco (art. 104-A).....	725
5.13.9.1	Conciliação judicial.....	725
5.13.9.1.1	Dívidas incluídas na conciliação.....	726
5.13.9.1.2	Ausência injustificada do credor à conciliação.....	726
5.13.9.1.3	Conteúdo do plano de pagamento consensual.....	727
5.13.9.2	Conciliação administrativa ou extrajudicial.....	728
5.13.9.3	Processo para revisão e integração dos contratos e repactuação das dívidas remanescentes (art. 104-B).....	728
5.13.9.3.1	Competência para o processo de revisão e integração dos contratos e repactuação das dívidas remanescentes.....	729
5.14	Sistema Nacional de Defesa do Consumidor	730
5.14.1	Introdução.....	730
5.14.2	Procon.....	731
5.14.3	Entidades civis.....	732
5.14.4	Sanções administrativas	733
5.14.4.1	Competência	733
5.14.4.2	Modalidades de sanções administrativas.....	733
5.14.4.3	Fiscalização e aplicação das sanções administrativas.....	734
5.14.4.3.1	Aplicação da pena de multa	734
5.14.4.3.2	Aplicação das demais sanções administrativas	735
5.15	A Defesa do Consumidor em Juízo.....	736
5.15.1	Considerações iniciais	736
5.15.2	Tutela individual	737
5.15.2.1	A adequada e efetiva tutela jurisdicional.....	737
5.15.2.2	Ação de cumprimento específico da obrigação de fazer ou não fazer.....	737
5.15.2.2.1	Tutela específica ou providências que assegurem o resultado prático equivalente	738

5.15.2.2.2	Conversão da obrigação em perdas e danos.....	739
5.15.2.2.3	Adiantamento da tutela específica....	739
5.15.2.2.4	Multa diária (<i>astreinte</i>).....	741
5.15.2.3	Competência pelo domicílio do consumidor autor.....	743
5.15.2.3.1	Cláusula de eleição de foro em contrato de adesão.....	745
5.15.2.4	Vedação de denúncia da lide e um novo tipo de chamamento ao processo.....	746
CAPÍTULO 6 – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....		749
6.1	Introdução.....	749
6.2	Normas de Combate à Improbidade Administrativa.....	750
6.2.1	Regramento constitucional.....	750
6.2.2	Regramento convencional.....	752
6.2.2.1	Convenção Interamericana de Combate à Corrupção (OEA).....	753
6.2.2.2	Convenção sobre o Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (OCDE).....	754
6.2.2.3	Convenção das Nações Unidas de Combate à Corrupção (Convenção de Mérida ONU).....	756
6.2.3	Regramento infraconstitucional.....	758
6.3	Lei de Improbidade Administrativa.....	758
6.4	Referenciais Hermenêuticos Fundamentais.....	761
6.4.1	Conceito de improbidade administrativa.....	762
6.4.2	A defesa da probidade administrativa como um interesse difuso.....	767
6.4.3	Alocação da LIA no microsistema de tutela coletiva.....	769
6.4.4	O <i>status</i> normativo das convenções de combate à corrupção....	774
6.4.5	Os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador.....	778
6.5	A Aplicação de Lei de Improbidade Administrativa no Tempo.....	782
6.5.1	Retroatividade das normas mais benéficas inseridas na LIA pela Lei 14.230/2021.....	783
6.6	Sujeitos do Ato de Improbidade Administrativa.....	786
6.6.1	Sujeito passivo.....	786
6.6.1.1	Sindicatos.....	789
6.6.1.2	Concessionárias e permissionárias de serviço público (concessões comuns e especiais).....	789
6.6.1.3	Consórcios públicos.....	790
6.6.1.4	Conselhos de Fiscalização do Exercício Profissional.....	791

	6.6.1.5	Partidos políticos	791
	6.6.1.6	OAB.....	792
6.6.2		Sujeito ativo	793
	6.6.2.1	Agentes públicos	793
	6.6.2.1.1	Agentes políticos.....	797
	6.6.2.1.2	Agentes parlamentares e inviolabilidade.....	802
	6.6.2.1.3	Magistrados e membros do Ministério Público.....	803
	6.6.2.1.4	Árbitros.....	805
	6.6.2.2	Terceiros.....	805
	6.6.2.2.1	Elemento subjetivo da conduta de terceiros.....	808
	6.6.2.2.2	Pessoas jurídicas.....	808
6.7		Elemento Subjetivo da Conduta Ímproba	820
	6.7.1	Dolo específico?.....	823
	6.7.2	Tipo subjetivo dos atos ofensivos aos princípios da administração pública (art. 11).....	824
	6.7.3	O alcance da norma de extensão prevista no art. 11, § 2.º, da LIA.....	827
	6.7.4	A vedação da improbidade de hermenêutica	831
6.8		Modalidades de Improbidade Administrativa	833
	6.8.1	Enriquecimento ilícito.....	835
	6.8.1.1	Introdução.....	835
	6.8.1.2	Elementos essenciais	836
	6.8.1.3	Condutas específicas elencadas exemplificativamente no art. 9.º.....	838
	6.8.1.3.1	Recebimento de vantagem econômica indevida para amparar interesse alheio.....	838
	6.8.1.3.2	Percepção de vantagem econômica para facilitar negócio com sobrepreço	839
	6.8.1.3.3	Percepção de vantagem econômica para facilitar negócio por preço inferior ao de mercado.....	840
	6.8.1.3.4	Utilização de bens públicos ou de mão de obra de servidor em obra ou serviço particular.....	841
	6.8.1.3.5	Recebimento ou aceitação de promessa de vantagem econômica para tolerar atividade ilícita.....	841
	6.8.1.3.6	Recebimento de vantagem econômica por fazer declaração falsa.....	842

6.8.1.3.7	Aquisição de bens cujo valor seja desproporcional à evolução patrimonial ou à renda	843
6.8.1.3.8	Aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado	849
6.8.1.3.9	Intermediação para liberação ou aplicação de verba pública	849
6.8.1.3.10	Recebimento de vantagem para omitir ato de ofício.....	850
6.8.1.3.11	Incorporação de bens ou valores públicos.....	850
6.8.1.3.12	Utilização de bens ou valores públicos para fins particulares.....	851
6.8.2	Atos lesivos ao erário	851
6.8.2.1	Introdução	851
6.8.2.2	Elementos essenciais.....	854
6.8.2.3	Princípio da insignificância: inadmissibilidade.....	857
6.8.2.4	Condutas específicas elencadas exemplificativamente no art. 10	859
6.8.2.4.1	Facilitação para incorporação de bens ou valores públicos ao patrimônio particular	859
6.8.2.4.2	Permitir ou concorrer para o uso ilegal de bens ou valores públicos....	860
6.8.2.4.3	Doação ilegal de bens ou valores públicos.....	861
6.8.2.4.4	Favorecimento de negócios por preço inferior ao de mercado	862
6.8.2.4.5	Favorecimento de negócios por sobrepreço.....	862
6.8.2.4.6	Realização de operação financeira ilegal ou aceitação de garantia insuficiente ou inidônea	863
6.8.2.4.7	Concessão ilegal de benefício administrativo ou fiscal.....	864
6.8.2.4.8	Frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente...	865
6.8.2.4.9	Ordenar ou permitir a realização de despesas ilegais.....	873
6.8.2.4.10	Ilicitude na arrecadação de receita e na conservação do patrimônio público	874

6.8.2.4.11	Liberação ou aplicação irregular de verba pública.....	875
6.8.2.4.12	Favorecer o enriquecimento ilícito de terceiro.....	876
6.8.2.4.13	Permitir a utilização de bens públicos ou de mão de obra de servidor em obra ou serviço particular.....	876
6.8.2.4.14	Celebrar indevidamente contrato sobre prestação de serviços públicos por meio de gestão associada.....	877
6.8.2.4.15	Celebrar indevidamente contrato de rateio de consórcio público.....	877
6.8.2.4.16	Facilitação para incorporação, ao patrimônio particular, de bens ou valores públicos transferidos pela Administração Pública a entidade privada mediante celebração de parcerias.....	878
6.8.2.4.17	Permitir ou concorrer para o uso ilegal de bens ou valores públicos transferidos pela Administração Pública a entidade privada mediante celebração de parcerias.....	878
6.8.2.4.18	Celebrar indevidamente parcerias da Administração Pública com entidades privadas.....	879
6.8.2.4.19	Ilícitude na celebração, fiscalização e análise das prestações de contas de parcerias firmadas pela Administração Pública com entidades privadas.....	879
6.8.2.4.20	Liberação ou aplicação irregular de recursos de parcerias firmadas pela Administração Pública com entidades privadas.....	880
6.8.2.4.21	Concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário....	880
6.8.2.4.22	Inobservância de formalidades legais ou regulamentares e ausência de perda patrimonial efetiva (art. 10, § 1.º).....	883
6.8.2.4.23	Perda patrimonial e atividade econômica (art. 10, § 2.º).....	883
6.8.3	Atos que atentam contra os princípios da Administração Pública.....	884
6.8.3.1	Introdução.....	884
6.8.3.2	Norma residual ou de aplicação subsidiária.....	886

6.8.3.3	Elementos essenciais	889
6.8.3.4	Condutas específicas elencadas taxativamente no art. 11	890
6.8.3.4.1	Desvio de finalidade: a invalidade da revogação do inciso I	891
6.8.3.4.2	Retardar ou deixar de praticar ato de ofício.....	894
6.8.3.4.3	Violação de sigilo funcional.....	894
6.8.3.4.4	Negar publicidade aos atos oficiais....	896
6.8.3.4.5	Frustrar o caráter concorrencial de concurso público, de chamamento ou de procedimento licitatório.....	897
6.8.3.4.6	Omissão na prestação de contas.....	899
6.8.3.4.7	Divulgação indevida de medida política ou econômica	900
6.8.3.4.8	Descumprir as normas relativas à celebração, fiscalização e aprovação de contas de parcerias firmadas pela Administração Pública com entidades privadas	901
6.8.3.4.9	Deixar de cumprir a exigência dos requisitos de acessibilidade	901
6.8.3.4.10	Transferir recursos a entidade privada, em razão da prestação de serviço público de saúde, sem a prévia celebração de contrato ou convênio	901
6.8.3.4.11	Vedação ao nepotismo	902
6.8.3.4.12	Publicidade institucional com promoção pessoal.....	904
6.8.3.5	Insuficiência da alegação genérica de ofensa aos princípios da administração pública (art. 11, § 3.º).....	906
6.8.3.6	Lesividade relevante ao bem jurídico (art. 11, § 4.º).....	907
6.8.4	Outras figuras de improbidade administrativa	908
6.8.4.1	Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001).....	910
6.8.4.2	Lei Eleitoral (Lei 9.504/1997).....	912
6.8.4.3	Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011) ...	913
6.8.4.4	Lei de Conflito de Interesses (Lei 12.813/2013)...	914
6.8.5	Lei da Ficha Limpa (LC 135/2010).....	915
6.8.5.1	Rejeição de contas por irregularidade insanável e que configure ato doloso de improbidade administrativa	916
6.8.5.2	Condenação pela prática de atos dolosos de improbidade administrativa	917

6.9	Sanções	918
6.9.1	Previsão normativa.....	918
6.9.2	Correspondência com os tipos de improbidade	919
6.9.2.1	Análise da validade da restrição prevista no art. 12, III, da LIA	920
6.9.3	Espécies.....	922
6.9.3.1	Perdas de bens e valores.....	922
6.9.3.2	Ressarcimento integral do dano	923
6.9.3.2.1	A questão do dano moral coletivo...	926
6.9.3.3	Perda da função pública	928
6.9.3.3.1	Aplicabilidade da sanção de perda da função aos aposentados	929
6.9.3.3.2	Aplicabilidade da sanção de perda da função aos agentes políticos.....	931
6.9.3.3.3	Aplicabilidade da sanção sobre qualquer função pública exercida pelo agente ímprobo ao tempo do trânsito em julgado da decisão condenatória.....	933
6.9.3.4	Suspensão dos direitos políticos.....	936
6.9.3.4.1	Detração da pena de suspensão dos direitos políticos.....	938
6.9.3.5	Multa civil	939
6.9.3.5.1	Majoração da multa até o dobro.....	941
6.9.3.6	Proibição de contratar com o Poder Público ou receber incentivos ou benefícios fiscais ou creditícios	941
6.9.4	Aplicação das sanções	942
6.9.4.1	Juízo de improbidade da conduta e juízo de aplicação da sanção.....	942
6.9.4.2	Parâmetros para a aplicação das sanções.....	944
6.9.4.3	Preservação da pessoa jurídica infratora (art. 12, § 3.º).....	945
6.9.4.4	Atos de improbidade administrativa de menor potencial ofensivo (art. 12, § 5.º).....	947
6.9.4.5	Aplicação cumulativa das sanções: princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.....	947
6.9.4.6	Unificação das sanções (art. 18-A).....	948
6.9.4.6.1	Unificação em caso de continuidade de ilícitos (art. 18-A, I).....	950
6.9.4.6.2	Unificação das sanções em caso de pluralidade de ilícitos (art. 18-A, II)...	953
6.9.4.6.3	Teto resultante da unificação (art. 18-A, parágrafo único).....	953

6.9.4.7	Pode o juiz aplicar sanções não pedidas pelo autor?.....	954
6.9.4.8	Cabe condenação apenas à reparação do dano ao erário?.....	954
6.9.4.9	Conflito aparente de normas e aplicação das sanções.....	955
6.10	Procedimento Administrativo.....	955
6.11	Tutelas Provisórias na LIA.....	958
6.11.1	Indisponibilidade de bens.....	960
6.11.1.1	Introdução.....	960
6.11.1.2	Hipóteses de cabimento.....	964
6.11.1.3	Pressupostos.....	967
6.11.1.4	Limites materiais.....	969
6.11.1.5	Cálculo do valor da indisponibilidade.....	971
6.11.1.6	Indisponibilidade de bens de terceiros.....	972
6.11.1.7	Ordem de prioridade.....	973
6.11.1.8	Indisponibilidade de bens e pragmatismo jurídico.....	975
6.11.1.9	Indisponibilidade de bens e direito intertemporal.....	976
6.11.2	Afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função.....	977
6.12	Ação de Improbidade Administrativa.....	981
6.12.1	Nomenclatura.....	981
6.12.2	Competência.....	981
6.12.2.1	Competência de jurisdição.....	982
6.12.2.2	Competência de foro.....	983
6.12.2.3	Prevenção do juízo.....	984
6.12.2.4	Incorporação ao patrimônio municipal de verba recebida da União.....	985
6.12.2.5	Malversação ou desvio de verbas públicas oriundas do FUNDEB.....	987
6.12.2.6	Atos praticados em detrimento de sociedade de economia mista federal.....	989
6.12.2.7	Prerrogativa de foro.....	992
6.12.3	Legitimação.....	996
6.12.3.1	Litisconsórcio passivo necessário.....	998
6.12.3.2	A posição processual da pessoa jurídica interessada.....	1000
6.12.3.3	Sucessão processual no polo passivo.....	1003
6.12.3.4	Responsabilidade sucessória em caso de alteração contratual e operações societárias.....	1004

6.12.3.5	Legitimidade do Ministério Público Estadual para atuar diretamente como parte em recursos submetidos a julgamento perante o STF e o STJ.....	1005
6.12.4	Procedimento	1007
6.12.4.1	Petição inicial	1007
6.12.4.1.1	Rejeição liminar da petição inicial...	1008
6.12.4.2	Pedido	1010
6.12.4.2.1	Vedação de outros pedidos (art. 17-D).....	1011
6.12.4.3	Citação e defesa do réu.....	1015
6.12.4.4	Réplica.....	1017
6.12.4.5	Providências preliminares.....	1017
6.12.4.6	Decisão de saneamento e organização do processo.....	1018
6.12.4.6.1	O princípio da congruência nas ações de improbidade administrativa	1019
6.12.4.7	Especificação das provas.....	1022
6.12.4.8	Ônus da prova.....	1024
6.12.4.9	Procedimento probatório	1025
6.12.4.9.1	Interrogatório do réu.....	1027
6.12.4.10	Desconsideração da personalidade jurídica.....	1028
6.12.4.11	Conversão em ação civil pública	1030
6.12.4.12	Multiplicidade de ações e conflito de atribuições....	1032
6.12.5	Sentença.....	1033
6.12.5.1	Introdução.....	1033
6.12.5.2	Requisitos da sentença na ação de improbidade administrativa	1033
6.12.5.3	Pluralidade de agentes e solidariedade (§ 2.º do art. 17-C).....	1038
6.12.5.4	Reparação do dano e reversão dos bens ilicitamente obtidos.....	1038
6.12.5.5	Sentença e encargos financeiros do processo.....	1038
6.12.6	Apelação	1040
6.12.7	Reexame necessário	1040
6.12.8	Atuação da Advocacia Pública	1041
6.12.9	Agravo de instrumento	1042
6.12.10	Independência das instâncias	1042
6.12.10.1	Introdução.....	1042
6.12.10.2	Órgãos de controle interno e externo.....	1043
6.12.10.3	Comunicabilidade entre as instâncias (art. 21, § 3.º).....	1044
6.12.10.4	Ampliação das hipóteses de comunicabilidade entre as instâncias (art. 21, § 4.º)	1045

6.12.10.5	Sentença de improcedência na ação de improbidade administrativa e seus efeitos na esfera penal	1047
6.12.10.6	Compensação de sanções (art. 21, § 5.º)	1049
6.12.11	Coisa julgada	1050
6.12.12	Liquidação e execução.....	1052
6.12.13	Acordo de não persecução civil.....	1052
6.12.13.1	Autocomposição na esfera de improbidade administrativa	1052
6.12.13.2	Conceito.....	1058
6.12.13.3	Natureza jurídica.....	1059
6.12.13.4	Legitimidade ativa para o acordo	1060
6.12.13.5	Requisitos específicos do ANPC.....	1061
6.12.13.5.1	Reparação integral do dano e reversão da vantagem indevida obtida	1061
6.12.13.5.2	Oitiva do ente lesado	1062
6.12.13.5.3	Aprovação do órgão de revisão ministerial em caso de ANPC extrajudicial	1063
6.12.13.5.4	Homologação judicial do acordo.....	1065
6.12.13.5.5	Constatação, no caso concreto, de que a resolução consensual é mais vantajosa ao interesse público do que o ajuizamento da ação civil por ato de improbidade administrativa ou seu prosseguimento	1067
6.12.13.6	Sanções que podem ser convencionadas.....	1070
6.12.13.6.1	Suspensão dos direitos políticos e a irrenunciabilidade dos direitos fundamentais	1072
6.12.13.6.2	O acordo de não persecução cível e a hipótese de inelegibilidade prevista no art. 1.º, I, l, da LC 64/1990: incompatibilidade?	1074
6.12.13.6.3	O acordo de não persecução cível e a Lei 12.846/2013	1077
6.12.13.7	Outras obrigações que podem ser pactuadas	1079
6.12.13.8	Convenções processuais	1080
6.12.13.9	Momento para a celebração do acordo.....	1080
6.12.13.10	Defesa técnica.....	1081
6.12.13.11	Efetivação e descumprimento do acordo.....	1081
6.12.13.12	Utilização da colaboração premiada em ações de improbidade administrativa (Tema 1.043 do STF).....	1082
6.12.14	Prescrição	1084
6.12.14.1	Termo inicial.....	1085

6.12.14.2	Causas suspensivas da prescrição	1086
6.12.14.3	Prazos para a conclusão do inquérito civil e para a propositura da ação de improbidade administrativa.....	1087
6.12.14.4	Causas interruptivas da prescrição	1088
6.12.14.5	Prescrição intercorrente.....	1088
6.12.14.6	Comunicabilidade das causas suspensivas e interruptivas da prescrição.....	1091
6.12.14.7	Imprescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário	1091
6.12.14.8	Novo regime prescricional e aplicação da lei no tempo: Tema 1.199 do STF.....	1092
6.12.15	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e por Ato que Implique Inelegibilidade	1092
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		1095